



Gusmão

Abril de 2014

Entrevista com Carlos Gilberto Pereira

Por Veridiana Domingos Cordeiro

Carlos Gilberto Pereira foi um dos fundadores do PT (Partido dos Trabalhadores), foi presidente do (GTNM) Grupo Tortura Nunca Mais e atualmente é coordenador da ACAT (Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura).

Em uma tarde de sexta-feira, na sua residência no município de Taboão da Serra, Carlos Gilberto Pereira (ou apenas Carlão como prefere ser chamado) me concedeu esta entrevista que, apesar do tom pessoal, lança luz a momentos, dados e fatos importantes do período da Ditadura Militar brasileira. A entrevista se deu ao ritmo do entrevistado e na medida em que suas memórias acerca do período iam despontando e se entrelaçando. Assim, temos mais do que um texto de perguntas e respostas, mas sim (como o próprio entrevistado preferiu nomear) um depoimento, um testemunho. Se faz notável, como sua história pessoal foi completamente marcada pelas situações que o contexto ditatorial lhe impôs. Goiano e operário, Carlão chega à Osasco, ainda adolescente, para trabalhar nas fábricas e se depara com o instrumento coercitivo mais cruel empregado pelos militares: a tortura. Apesar dos interditos e da ausência de palavras para descrever com o indizível, Carlão consegue desenhar um retrato das cenas que aconteciam nos QGs da polícia e no DOPS. Para silenciar aqueles que ainda insistem em dizer que analogias entre a ditadura e o tempo

presente são puro saudosismo, ao final de seu depoimento, Carlão conta como a tortura marcou a sua vida a ponto, de hoje, se dedicar a instituições que operam para o combate e erradicação da mesma, mostrando como, definitivamente, a violência estatal foi uma das heranças deixadas pela ditadura ao país.

Aqui está reproduzida parte da entrevista que me foi concedida; mais especificamente suas lembranças acerca da notícia do Golpe, sua chegada em Osasco e suas duas prisões. Ao longo do relato, Carlão remontou um cenário muito mais amplo que este aqui apresentado, inserindo suas experiências de tortura e prisão em dois momentos bastante críticos do período ditatorial: o primeiro em 1969, ano posterior ao AI5, que foi promulgado para justificar a feroz repressão contra a resistência popular que estava se organizando e que também culminou no fechamento do Congresso Nacional, e consequentes prisões de deputados. Sua primeira prisão acontece na mesma semana da fuga do Capitão Carlos Lamarca que decidiu desertar do Exército, deixando o quartel de Quitaúna com munições e armas para dar continuidade à sua luta na Vanguarda Popular Revolucionária. Sua segunda prisão, em 1970, se insere em um contexto no qual a luta armada já havia ganhado força e questionava-se a legitimidade do regime, uma vez que notícias de assassinatos de resistentes chegavam aos ouvidos da população. Não apenas assassinatos de resistentes, como também de criminosos comuns pelo Esquadrão da Morte, comandado por Sérgio Fleury e responsável pela execução sumária de centenas de presidiários.

Entrevista

Entrevistadora: Em 1964, quando você tinha 15 anos, você estava em Anápolis ainda, como você recebeu a notícia do Golpe?

Carlos: O golpe aconteceu em Goiás, Brasília fica a 100 quilômetros de Anápolis onde eu morava e logo após o golpe foi intervenção no sindicato, prisão dos sindicalistas, do pessoal do Partido Comunista todo mundo pra cadeia.

Entrevistadora: Você lembra de você na sua casa...

Carlos: Eu estava em Brasília, porque como operário metalúrgico, eu fui à Brasília junto com a Juventude pra fazer uma pressão no Congresso

pelas Reformas de Base. Então quando veio o golpe nós estávamos em Brasília e eu fui lá pro setor das indústrias, onde eu estava hospedado e fiquei lá até acalmar e entender o que estava acontecendo, pra depois ir pra minha casa. Mesmo assim, eu cheguei na minha casa maneirinho pra poder saber.

Entrevistadora: Você lembra como era o clima?

Carlos: O clima geral era o seguinte: até aquele momento o pessoal não tinha grande preocupação. Só depois que eu comecei a me envolver mais, que eles passaram a ter medo.

Entrevistadora: Medo por sua conta? Mas por eles mesmos, pela cidade...

Carlos: A verdade é que o pessoal de direita estava comemorando, soltando fogos e prendendo todo mundo, então foi muita gente da cidade presa.

Entrevistadora: Já em 1964?

Carlos: Em 1964, mais ou menos foram presas na cidade umas 80 pessoas. Existe o ato institucional número 1 que botou na ilegalidade muitas das atividades que existiam, desde a UEE, os grêmios estudantis, movimento sindical, movimento de trabalhadores autônomos e profissionais liberais, médicos e etc.

Entrevistadora: Conhecidos seus?

Carlos: Grande parte conhecido. O que não era conhecidos ficaram posteriormente conhecidos.

Entrevistadora: Quando você começou trabalhar em Osasco?

Carlos: Eu vim pra Osasco quando cheguei de Goiás em dezembro de 1968.

Entrevistadora: Então você não estava no 1 de maio de 1968?

Carlos: Não, não estava em São Paulo. Mas quando eu cheguei em São Paulo tinha acabado de acontecer a greve de Osasco, e eu fui lá pra Osasco pra procurar trabalho e fui morar com um rapaz que era

professora da USP e ele estava querendo trabalhar na área de.... como operário e ele acabou sendo visado e quando eu cheguei anoite, eu tinha ido procurar trabalho, e quando cheguei fui preso na minha casa.

Entrevistadora: Logo no primeiro ano em São Paulo?

Carlos: Primeiro ano não, primeiro mês! Eu cheguei, fui pra Osasco em janeiro e no dia 20 de janeiro fui preso, aí passei nove meses preso.

Entrevistadora: O que te motivou a vir para Osasco?

Carlos: Osasco? Porque como eu era um metalúrgico, lá era uma concentração de indústrias metalúrgicas, tinha a Bromoveri, tinha a Cobrasva, a Braseixos, que eram grandes empresas metalúrgicas.

Entrevistadora: Você veio sozinho?

Carlos: Eu já estava no trabalho clandestino e então fui preso.

Entrevistadora: Eles chegaram na sua casa...

Carlos: Não, eu cheguei e eles já estavam lá, eu abri a porta e já fui puxado pra dentro no escolar e eles falaram, “não dá um pio, senão a gente queima você”.

Entrevistadora: E você não via quem eram?

Carlos: Não via né? No escuro. E então, teve a chamada peregrinação da tortura *[a partir desse momento, Carlos começa desenhar pontos com retas interligando a fim de representar o caminho que percorreu]*. Eu lá da prisão num bairro chamado Vila Iolanda e dali eu fui direto pra Quitaúna, exército de onde o Lamarca tinha fugido, há poucos dias, com as armas. Daí fui lá, não tinha nada a ver com as armas do Lamarca, aí saí e fui pro QG da Polícia do Exército de Osasco, fiquei lá ao lado delegacia e dali eu fui pro QG da Força Pública, que naquela época não tinha Polícia Militar, era a orça Pública, que ficava na Avenida Tiradentes. Aí sim tem tortura. Em três dias eu fiz a peregrinação aqui. Então, fiquei aqui um dia e no dia seguinte fui mandado para a PE, Polícia do Exército, que ficava lá no Ibirapuera, ficava não, fica ainda, a Polícia do Exército,

na rua Abílio Soares. Aí fui torturado ali durante 17 dias, com costela quebrada, eu fiquei completamente...

Entrevistadora: Consecutivos?

Carlos: Direto, as torturas mais violentas que você pode imaginar foi feita ali. A PE é um centro de loucura. Depois de 17 dias constatou que eu não sabia de nada e eu fui mandado para a enfermaria do Exército, chamada 4º Esquadrão de Reconhecimento Mecanizado, é o REC MEC, ficava no Ibirapuera ali também, na rua... é... acho que é Pedro Álvares Cabral, passei 40 dias na enfermaria. Eai fui mandado pro presídio Tiradentes. Era pra me mandar pro DOPS, o DOPS já estava lotado e ai me mandaram para o presídio Tiradentes e lá eu passei oito meses, sete meses e pouco... e dai fui mandado pro DOPS e lá era o cartório onde você fazia o depoimento policial e ai terminei de fazer o depoimento policial e chamou e “tá liberado”. Eu disse “como? Eu liberado aqui? Eu não tenho dinheiro pra ir pra minha casa”. Dai ele disse, “se você quiser ficar ai, você fica, mas você tá liberado”. Ai sai dali e fui de pé até o presídio Tiradentes e falei “pessoal, tô liberado e tô sem dinheiro pra ir pra Goiás e ai o pessoal mandou dinheiro pra mim, dali de dentro do presídio”.

Entrevistadora: E você pensou em voltar pra Osasco?

Carlos: Não, não... dai fui, sai dali e fui em Osasco pra pegar minha roupa, fui na lavadeira, minha roupa tava lá na casa dela, peguei minhas coisas e fui pra Goiás. Fiquei menos de uma semana lá e já voltei pra São Paulo. Dai vim aqui pra região de Taboão da Serra e tô aqui até hoje...

Entrevistadora: Você se lembrad os dias em que foi preso?

Carlos: Não tenho dias certinho, mas acredito que foi lá pelo dia 20, 25 de janeiro.

Entrevistadora: As torturas que você sofreu ficaram concentradas nesses 17 dias?

Carlos: Nesses 17 dias ficaram concentrados. Tudo quanto é tipo de tortura que você podia imaginar.

Entrevistadora: Sempre os mesmos torturadores?

Carlos: Não, não. São equipes e havia uma equipe que era do exército que era comandada pelo Capitão Maurício e existiam outros torturadores também ligados ao exército, tinham inúmeros torturadores. Tinha um Cabo sanguinário lá, de nome Passarinho, tinha um Sargento, que chamava Sargento Braga, era um torturador enlouquecido e tinha esse capitão Maurício que posteriormente encontrei com ele lá na OBAN. Eu fui solto em agosto de 1969, vim para cá, me casei aqui e fui trabalhar na fábrica. O trabalhador, a grande coisa dele, o que você sabe fazer pra viver? Trabalhar. Então vai trabalhar Então fui trabalhar na Philco do Brasil, lá no Tatuapé e fiquei na Philco até fevereiro de 1970.

Entrevistadora: O que você fazia lá?

Carlos: Eu entrei pra ser meio oficial de ferramentaria e depois eles me não fizeram a promoção e eu sai pra tentar como profissional. Dai fui trabalhar na Vibro Dynapac, lá no Ipiranga, e na Vibro Dynapac, eu fiquei ali uns quatro meses, fevereiro, março, abril, maio... exatamente! Três meses e pouco. E na Vibro Dynapac eu pedi as contas porque eu ia pro Rio Grande do Sul trabalhar na indústria lá. Mas sai, coincidentemente era véspera do 1º Maio e eu fui comemorar o 1º de Maio lá no estádio Maria Zélia, é... aconteceu, ao final do ato, foi preso e em seguida assassinado, o metalúrgico Olavo Hansen... você deve ter ouvido falar... e dessa saída minha do Maria Zélia, eu sai e no dia 7 de Maio eu fui a um ponto que tinha com o pessoal... é... que eu tinha conhecido lá no sindicato e ele levou a polícia e novamente eu fui preso, já pela Operação Bandeirantes. E, como não era a primeira vez, quando eu cheguei na Operação Bandeirantes, grande parte dos torturadores eram elementos que tinham me torturado.

Entrevistadora: E você lembrava deles?

Carlos: Ah eu lembrava! E eles lembravam de mim também. Então, inclusive vinham pra tirar sarro: “então quer dizer goiano, você sai e agora volta e vai dizer, novamente que é inocente?”. “Como o senhor sabe? Sou mesmo!”. Eai, aquele tratamento que você já sabe, trinta dias de tortura, lá na Operação Bandeirantes. A Operação Bandeirantes foi uma instituição criada pelos empresários da Indústria do estado de São Paulo, indústria e comércio, pra financiar a tortura, os agentes torturadores da ditadura. Então, a Operação Bandeirantes foi criada pra esse negócio, tem aquela história do Boyensen e todos aqueles negos da extrema direita que iam lá pra ver a gente sendo torturado.

Entrevistadora: Você chegou assistir alguém sendo torturado?

Carlos: Não. Eu fui torturado com outras pessoas. Não, não... pendurado junto no pau de arara, levando choque junto.

Entrevistadora: E eles questionavam você, sobre o quê?

Carlos: Sobre a atividade sindical, se eu tinha alguma atividade de assaltar banco nesse sentido... e eu não tinha nada.

Entrevistadora: E mesmo você falando, eles continuavam?

Carlos: E quanto mais falava, mais eles ficavam irritados e mais torturavam. Então sai dali, depois de passar trinta dias sendo torturado ali, eu fui transferido pro DOPS, na mão do Fleury. Deixei de ser torturado lá na Operação pra ser torturado no DOPS. Ai fiquei no DOPS mais três meses. Lá com o famigerado Fleury.

Entrevistadora: Na época, você já sabia o nome das pessoas ou você veio a saber disso depois?

Carlos: Ah já sabia! Eu já sabia quem era o Fleury! E ele era um delegado da Polícia Civil, era um cara do esquadrão da morte, tava em todos os jornais, inclusive. E ele tava sendo processado porque ele assassinou o Negro 7, que era um ladrão em São Paulo, perigoso e o pessoal do Esquadrão da morte foi em Guarulhos, na avenida Guarulhos, tinha uma

favela lá, eles localizaram ele e o Fleury e o pessoal dele lá, foi lá e pegou ele, liquidou ele lá, só que por azar deles, na frente tinha uma igreja e no andaime da igreja estava o padre Geraldo. O Geraldo fotografou tudo, como o Hélio Bicudo estava com um processo contra o Fleury e o Esquadrão da Morte, o Geraldo entregou a fotografia e com base nesse depoimento do Geraldo, que era um canadense, mostraram que o Negro 7 foi preso vivo, não é que ele resistiu! Ele foi preso vivo! Eai os nego assassinaram ele! Então ai deu processo e o Fleury foi condenado. Pra ele não ir pra cadeia foi criada uma lei, uma lei pra proteger os torturadores e assassinos, chamada Lei Fleury, já ouviu falar? A origem dela foi pra evitar que o Fleury, que sabia muito da ditadura, porque a ditadura chegou num determinado momento, ela viu o seguinte, vou botar o pessoal do exército pra poder matar e fazer acontecer, recrutou o Fleury e deu imunidade pra fazer todas as atrocidades que ele fazia. Foi esse o processo que eu vivi naquele momento, minha filha nasceu...

Entrevistadora: Você já era casado?

Carlos: Era casado, quando minha filha nasceu, coincidentemente, no dia 28 de agosto de 1969, aliás 1970, nasceu a minha filha, a mais velha, hoje já tá 43 anos.

Entrevistadora: E você estava preso?

Carlos: Estava preso

Entrevistadora: E sua esposa ficou sozinha?

Carlos: Ela ficou sozinha, ela estava sendo procurada também, ela deu a luz. Ela mandou a mãe dela, minha sogra ir... no dia 21 de agosto minha sogra levou a fotografia e levou a fotografia do nascimento da minha filha. Eu tinha chegado no presídio Tiradentes um dia antes. Não posso esquecer, porque foi um fato marcante, ou seja, sai do DOPS, tá certo? E fui pro Tiradentes e lá recebi a notícia do nascimento da minha filha.

Entrevistadora: A sua esposa foi presa?

Carlos: Não nessa época, ela foi presa depois. Nessa época foi muito interessante, porque Fleury perguntava “onde você mora?”. E eu dizia “eu não vou falar, porque minha mulher está grávida, e eu não vou falar onde eu moro”. Ele, “a gente vai te matar aqui no pau”. Eu dizia “paciência, o que eu vou fazer? Eu não vou falar”. Um dia ele me chamou e disse “ou você entrega ou morre”. “Tá bom, eu não vou falar, minha mulher tá grávida”. Ia ele falou assim “Você é bobo, a sua mulher há muito tempo, está vindo aqui, olha ela aí!”. E lá estava a Geni [sua esposa], véspera de dar a luz [risos]. Estava lá tentando me visitar, porque eu estava incomunicável esse tempo. Essa baixinha é guerreira [risos]. A primeira coisa foi o seguinte, sabe quando você leva muito pau pra falar uma coisa e você não falar? De repente você encontra a pessoa? Dá um ódio da pessoa!! [risos] Ela vir aqui me visitar! [risos]. Mas tudo bem! Depois fiquei alegre [risos] e veio minha filhona muito maravilhosa. É isso aí Veridiana, daí fui pro presídio Tiradentes e fiquei lá um ano e meio.

Entrevistadora: Como você se lembra de todas as datas?

Carlos: É... é porque quando você sente na pele cada coisinha, cada coisinha que você sente na sua pele, você jamais esquece. Você tem que saber o seguinte, eu fui torturado, me queimaram no choque, me deram choque debaixo do chuveiro, todas essas coisas são marcantes, marca profundamente sua vida, tá entendendo? São essas marcas que a gente tem, tem no corpo, na alma da gente. Você não consegue esquecer, tá certo? [silêncio]

Entrevistadora: São coisas muito marcantes.

Carlos: Machuca muito [silêncio]

Entrevistadora: Na fábrica você não voltou mais a trabalhar?

Carlos: Não, não. Continuei na construção civil, essa casa fui eu que construí, não caiu até hoje, 40, 40 não, 32 anos e não caiu ainda, você vê aí? Não tem nem trinca caramba! Já passou do vencimento e não

caiu, entendeu? Eu me especializei em concreto aparente, trabalho estrutural. Bom, mas aí o seguinte, nessa luta contra a violência policial eu fui pro Grupo Tortura Nunca Mais.

Entrevistadora: Em que ano?

Carlos: Em 1980... hmm... em 1980, eu ajudei na fundação do PT, eu sou um dos fundadores junto com o Lula, daqueles que assinaram a ata de fundação. Eu tenho a ata, se um dia você quiser ver.

Entrevistadora: Esse é um documento histórico.

Carlos: [risos] você tá entendendo? Assinado! Pelo Lula, por 201 pessoas que fundaram o PT e eu sou uma das pessoas. Mais ainda! Eu sou o primeiro tesoureiro do PT, junto com o deputado Freitas Diniz. E em 1983... 1985... 1984 por aí, eu passei a me dedicar pra questão da violência, tortura e aí fui pro Grupo Tortura Nunca Mais que estava em discussão e tal e eu fui integrar esse grupo. E cheguei a ser, em 1999, em 2005 fui presidente do Grupo Tortura Nunca Mais. Tinha sido secretário, tinha sido tesoureiro e tal, fui presidente do Grupo Tortura Nunca Mais. E passei a presidência pra Rose que ainda hoje é nossa presidente. Agora eu sou coordenador eleito da ACAT, que é a Ação Cristã pela Abolição da Tortura, então tô ali dando a colaboração pra a gente poder encarar esse flagelo que é a tortura. Então nessa caminhada de lá pra cá, uma caminhada de acompanhar e ver de que forma tratar essa questão e particularmente, é o seguinte Veridiana, a questão da clandestinidade da tortura e do torturado. Ela é uma coisa invisível, na comunidade ela é invisível, pois o torturado tem vergonha de ter sido torturado e alguém virar pra ele e dizer "se você foi torturado, você deve alguma coisa". E o torturador desaparece porque nas comunidades existe uma coisa chamada espaço de impunidade que é constituído de pequenos comerciantes e donos de imobiliárias, donos de padaria que pagam agentes policiais ou paralelos, assassinos, bandidos pra poder perseguir pobre dessas comunidades. As

imobiliárias porque quanto mais pobre tiver naquela comunidade, mais vai desvalorizar o terreno. Agora, menos pobre, aumenta o valor do lugar. A padaria, porque o português acha que o neguinho paraibano acha que pobre é uma desgraça que vai roubar ele, daí vai lá e fornece o lanche pro policial lá de graça, eventualmente dá uma graninha de natal pro cara. E isso aí é o seguinte: qual é a tarefa dessas caras? Facilitar a vida desses caras, eles acobertam a ação desses caras na comunidade, ou seja, o policial vai lá sequestra o nego, tortura, mata e outra coisa é o seguinte: é um financiamento. Esse mesmo cara que acoberta, financia e facilita a ação desses caras. Esse é o espaço de impunidade criado nas comunidades e hoje, a gente uma tarefa em como denunciar a existência desse espaço de impunidade, como trabalhar essa questão, pois não é uma coisa simples e fácil. Então foi esse o meu esforço, minha luta pra poder mudar as coisas, construir esse trabalho. Tanto eu, quanto a Geni trabalhamos nisso.